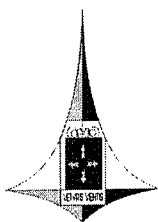


Ao Protocolo Legislativo para registro e, em seguida, à Presidência, caviando a Mesa, para deliberar à vista do parecer do relator designado.

Em 22/11/07.

Frederico Pinheiro Lima
Chefe da Assessoria da Presidência



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

21/11/07
Wagner

REQUERIMENTO Nº RQ 619 /2007 DE 2007
(Do Deputado Rogério Ulysses)

Requer a tramitação conjunta do Projeto de Lei nº 493, de 2007 e do Projeto de Lei nº 492, de 2007.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

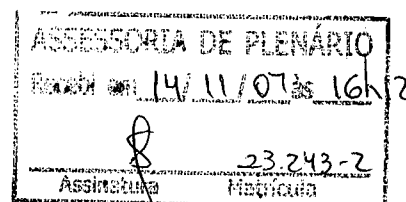
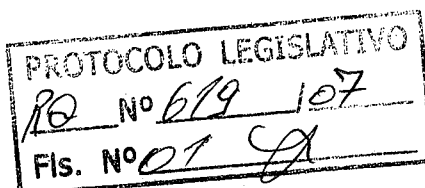
Com fundamento no art. 154 do Regimento Interno, requero da Mesa Diretora desta Câmara Legislativa do Distrito Federal a tramitação conjunta dos Projetos de Lei nº 493/2007 e nº 492/2007.

JUSTIFICAÇÃO

Trata-se aqui de requerer à Mesa Diretora desta Casa a tramitação conjunta dos Projetos de Lei nº 493/2007 e nº 492/2007.

Do cotejo do conteúdo das duas proposições verificamos grande semelhança entre ambas. Dispõem sobre a divulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, instituído pela Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. A primeira o faz ao obrigar as instituições da área educacional a exporem o ECA em locais acessíveis ao público. A segunda, por sua vez, determina a distribuição do Estatuto aos pais ou responsáveis por alunos matriculados na rede pública de ensino.

Percebe-se, ainda em uma análise inicial, a existência até mesmo de dispositivos que se repetem textualmente, demonstrando não haver necessidade de que apareçam em leis diferentes. É o caso daqueles que se referem à autorização dada ao Poder Público para receber doações de exemplares do ECA feitas por empresas públicas ou privadas. Também são semelhantes os dispositivos que versam sobre a exibição de propagandas das empresas doadoras no material doado.



Temos, então, proposições da mesma espécie dispondo sobre a mesma questão, o que enseja a tramitação conjunta nos termos do art. 154 do Regimento Interno:

Art. 154. A tramitação conjunta ocorrerá quando proposições da mesma espécie tratarem de matéria análoga ou correlata.

*§1º A tramitação conjunta será determinada pela Mesa Diretora, de ofício, **ou a requerimento de qualquer Deputado Distrital** ou Comissão. (Grifo nosso)*

Observe-se, ainda, que o art. 84, inciso III, da Lei Complementar 13, de 1996, ao tratar da sistematização externa das leis, estabelece que "o mesmo assunto não poderá ser disciplinado por mais de uma lei..."

Ante o exposto, requeremos desta Mesa Diretora que determine a tramitação conjunta dos Projetos de Lei nº 493/2007 e nº 492/2007.

Sala das Sessões, em de 2007


Deputado Rogério Ulysses

